

## Trabalhadores entram em greve após recusa da Eletrobras em negociar ACT

Os eletricitários e as eletricitárias que trabalham, na hoje privatizada Eletrobras, entraram em greve nesta segunda-feira (10), por tempo indeterminado, após a empresa se recusar a negociar um novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2024/2026, já que o último, válido por dois anos, venceu na última sexta-feira (7).

A empresa enviou a proposta dela aos trabalhadores por volta das 23 horas do dia 29 de maio (véspera do feriado de Corpus Christi), não dando tempo hábil para que o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) conjuntamente com a Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU), avaliassem o teor e fizessem uma contraproposta, já que a direção da Eletrobras deixou claro que poderá **promover demissão em massa**, apesar de estar bem financeiramente, pois anunciou em abril o pagamento de R\$ 1,29 bilhões a seus acionistas.

A vice-presidenta da CNU, que é engenheira Florestal da área do meio ambiente da Eletronorte, empresa do holding da Eletrobras, Fabíola Latino, diz que no sábado (1º/6), fizeram reuniões com os sindicatos da categoria e na segunda e terça seguintes (dias 3 e 4), houve assembleias dos trabalhadores com indicativo de greve, pois a empresa não quis reabrir uma mesa de negociação para um novo acordo. A Eletrobras também recusou uma intermediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

“Nos preocupa muito a possibilidade de demissão em massa pois isto coloca em risco o sistema energético brasileiro. Temos trabalhadores e trabalhadoras altamente qualificados que não podem ser substituídos de uma hora para outra, sem um devido treinamento”, alerta Fabíola Latino. A empresa é responsável por 25% da geração e 40% da transmissão de energia no Brasil.

Antes mesmo da sua privatização em 2022, pelo governo de Jari Bolsonaro (PL), a CUT, já alertava para a insegurança energética e apa-



gões, caso houvesse demissões.

O novo plano de demissões é ainda mais cruel porque desta vez a empresa, sequer, oferece um Plano de Demissão Voluntária (PDV), em que o trabalhador recebe melhores contrapartidas, além dos direitos garantidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“Nós tínhamos garantia de uma cláusula de barreira de demissões de até 20% do quadro. Além disso, muitos trabalhadores que aderiram ao PDV não puderam sair como desejavam, por falta de pessoal qualificado para preencher as vagas. Agora a Eletrobras quer demitir em massa e isto é muito prejudicial aos consumidores de energia”, diz Fabíola.

Outra crítica em relação à proposta da Eletrobras é a de que ela oferece apenas reposição salarial pelo IPCA para quem ganha até R\$ 6 mil. Quem ganha acima deste valor terá zero de reajuste. Além disso, há um corte dos salários previsto para quem recebe até R\$ 15,5 mil, que chega a mais de R\$ 1,9 mil por mês. Com a reforma Trabalhista de 2017, os salários acima desse patamar podem ser negociados fora do acordo coletivo.

Segundo ela, antes da privatização havia um acompanhamento do pessoal e de métricas, mas agora mudou a forma do balanço e fica impossível aos sindicatos saberem qual é a remuneração média dos trabalhadores.

“A direção diz que é uma ‘arquitetura salarial’, que altera planos de carreiras, mas que ninguém conhece. Nós queremos tratamento isonômico em relação ao reajuste salarial, abonos e uma cláusula de barreira para demissão em massa”, diz Fabíola.

### Adesão à greve

Aderiram em sua totalidade à greve, os trabalhadores das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte. A região Nordeste aprovou o acordo coletivo por ser a região que mais contratou novos profissionais. No Sul, a categoria mantém o ACT por mais quatro meses, por conta da Medida Provisória do governo Lula, que prorrogou os contratos coletivos em função da tragédia das enchentes.

Para o representante dos eletricitários na Direção Executiva da CUT Nacional e vice-presidente do Sinergia CUT-SP, Esteliano Pereira Gomes Neto, a greve é justa porque as reivindicações e negociações não foram atendidas.

“A greve é para forçar a Eletrobras a abrir negociações com a CNU e o CNE. Precisamos de garantias não apenas trabalhistas, mas de segurança nas operações do setor elétrico”, afirma o dirigente que também é presidente da Federação Interestadual dos Urbanitários do Sudeste (FRUSE).

Fonte: [www.cut.org.br/noticias](http://www.cut.org.br/noticias)

## Mulheres sindicalistas rejeitam PL que criminaliza aborto de vítimas de estupro

O Projeto de Lei 1904/2024, que está sendo chamado da “gravidez infantil”, e do “incentivo ao estupro” - pois equipara o aborto ao homicídio, inclusive nas situações permitidas por lei até a 22ª semana, como nos casos de estupro, risco à vida da gestante e anencefalia - pode voltar à pauta da Câmara Federal nessa terça-feira (11). O aborto nesses casos é permitido no Brasil desde 1940.

O PL prevê prisão de até 20 anos para as vítimas de violência sexual que realizarem aborto. Hoje o crime de estupro tem pena entre 8 e 15 anos de reclusão, o que significa que as mulheres e os profissionais de saúde que realizarem o procedimento serão punidos com maior rigor do que o criminoso que cometeu a violência sexual. A pena para o estuprador só é maior (de 12 a 30 anos) caso a vítima seja assassinada.

O projeto tem inúmeras camadas que envolvem direitos humanos, da mulher, da criança, à saúde e o combate ao racismo, já que as vítimas são, na maioria, mulheres e crianças negras (*veja dados abaixo*).

A secretária da Mulher Trabalhadora da CUT Nacional, Amanda Corcino, critica o atraso brasileiro em relação aos direitos reprodutivos, já que no mundo as mulheres caminham para plena autonomia sobre seus corpos.

“No Brasil estamos correndo um sério risco de termos o pouco que avançamos ser retirado da legislação do país. O PL limita direitos garantidos há décadas. O que é mais sério, coloca em risco principalmente a vida das pessoas mais frágeis, vulneráveis. Certamente a mulher trabalhadora com salários

mais baixos e trabalhos precarizados serão as principais vítimas, as primeiras a serem atingidas”, afirma a dirigente.

### Crianças e mulheres negras, as maiores vítimas

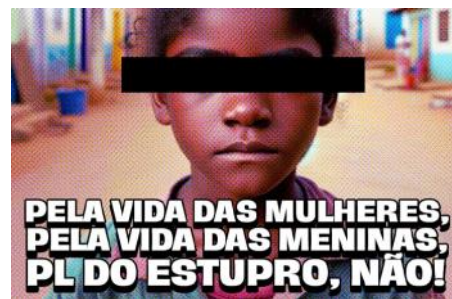
O Atlas da Violência estima que ocorram, na realidade, 822 mil casos de estupro por ano no Brasil, dos quais apenas 8,5% chegam ao conhecimento da polícia e apenas 4,2% são notificados ao sistema de saúde.

Em 2022 foi registrado o maior número de estupros tanto entre adultos como em vulneráveis na história do país, com 74.930 vítimas. Dessas, seis em cada 10 são crianças, com idades entre zero e 13 anos. A maioria foi estuprada por familiares e outros conhecidos.

No ano passado o número de estupros de vulneráveis chegou a 36,9 casos para cada grupo de 100 mil habitantes (segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública). Nos últimos 10 anos, a média de partos de meninas com menos de 14 anos foi de mais de 20 mil por ano, sendo 74,2% negras.

A questão racial também precisa ser analisada dentro do contexto deste projeto de lei, entende Maria Julia Reis Nogueira, secretária de Combate ao Racismo da CUT Nacional. Para ela esse debate é crucial para a sociedade brasileira, pois quando pensamos que superamos atrasos, na verdade, não conseguimos avançar.

Segundo a dirigente, quando se vê a composição da sociedade, as mais afetadas por esse projeto serão as mulheres negras, que também são maioria no encarceramento feminino e na questão da precarização do trabalho.



Em 10 anos (2013-2022), a média de nascidos vivos de meninas menores de 14 anos foi de 21.905,5 por ano. Ou seja, a cada ano, mais de 20 mil meninas deixaram a infância ou a adolescência para viverem a maternidade.

### Criminalização dos profissionais da saúde

A criminalização dos profissionais de saúde que hoje fazem o procedimento amparados em lei é criticada por Maria Julia Reis Nogueira, que é também presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Seguridade Social (CNTTS-CUT).

Para ela a falta de profissionais qualificados e autorizados a praticar esse tipo de procedimento empurra as mulheres a procurarem clínicas e profissionais sem condições de um atendimento digno e seguro e outras até tentam interromper a gravidez por conta própria colocando em risco suas vidas.

Julia conta que o setor de saúde já é sobrecarregado nas situações de aborto no Brasil porque se sabe que quem pratica aborto seguro é quem tem condições financeiras para contratar um profissional para fazer a interrupção.

\*Com informações do Brasil de Fato e da campanha “Criança não é mãe”  
Matéria completa: [cut.org.br/noticias](http://cut.org.br/noticias)